



Biograph



HISTÓRIAS DE VIDA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Raquel Alvarenga Sena Venera
Universidade da Região de Joinville, UNIVILLE
raquelsenavenera@gmail.com

Esse artigo é um recorte das problematizações do projeto de pesquisa em andamento, intitulado “Memórias múltiplas e patrimônio cultural em rede: o registro (auto) biográfico diante da ameaça da perda”, que nasceu assumindo ser um esforço de buscar nas Histórias de Vida os arranjos da alteridade e identidade na relação entre pesquisadores e sujeitos pesquisados, como já dizia Boa Ventura de Souza Santos, ainda na década de 1980 do século XX (1985), quando argumentava a favor de uma ciência posta em diálogo entre as ciências naturais e as ciências sociais. Uma ciência onde o autor, pesquisador e sujeitos do mundo estariam no centro do conhecimento, sem nenhuma essência de natureza, mas capaz de criar inteligibilidades, conceitos que derretessem as fronteiras que a ciência moderna instituiu. Uma produção do conhecimento que se assumiu subjetiva sem perder de vista a objetividade científica do método. “Memórias Múltiplas” é uma pesquisa que busca registrar e organizar em rede as Histórias de Vida de pacientes acometidos pela doença neurológica conhecida como Esclerose Múltipla. Os sujeitos envolvidos são moradores da cidade de Joinville e região, no norte do estado de Santa Catarina e são indicados pela Associação de Apoio aos pacientes com Esclerose Múltipla de Joinville e região, ARPEMJ.

As entrevistas são coletadas em áudio e vídeo, em sessões planejadas a partir de um roteiro semiestruturado, e posteriormente os áudios são transcritos em forma de textos. Durante esses encontros outras fontes da História de Vida são doadas pelos entrevistados, como fotos, recortes de jornais, documentos, receitas médicas e registros escritos que são digitalizados e organizados no acervo. A partir dessas narrativas e fontes concedidas os pesquisadores envolvidos biografam os entrevistados e organizam o acervo que será posteriormente acolhido pelo Museu da Pessoa e pelo Laboratório de História Oral da

UNIVILLE. Esse projeto tem funcionado como um “guarda-chuva” e tem alimentado outras investigações e responde a uma demanda apontada pelo Atlas de Esclerose Múltipla publicado em 2013 e diz respeito a ausência de pesquisas no mundo que demonstrem experiências de vidas de pacientes que convivem com essa doença rara ainda em processos de investigação. O Grupo de Pesquisa “Subjetividades e (auto)biografias” da UNIVILLE tem sediado as primeiras investigações no campo das Humanidades sobre as experiências de vidas com Esclerose Múltipla e a pesquisa “Memórias Múltiplas” tem sido o centro da produção das fontes.

Trata-se de uma aposta de que o registro (auto)biográfico se configure uma produção heurística diante da ameaça de perdas de habilidades das mais diversas, como as habilidades motoras, mas também e especialmente, a faculdade humana da memória. Torna-se necessário anunciar que a Esclerose Múltipla, EM, é uma doença neurológica crônica, autoimune e degenerativa, ainda sem cura e com grande potencial incapacitante e cujas características são imprevisíveis. É comum que os pacientes relatem diferentes sintomas e essa variação é causadora de uma incerteza bastante grande, ou seja, nunca se sabe o próximo evento. A prevalência do aparecimento da doença é em um momento da vida de muita atividade, em média aos 30 anos. As pesquisas de caracterização da EM relatam que seu aparecimento é mais comum entre mulheres e indivíduos da cor branca ou ainda em áreas de clima temperado, além de depender de uma pré-disposição genética. A EM é entendida como uma doença autoimune na qual o próprio sistema imunológico dirige-se contra vários elementos celulares do sistema nervoso central. As pesquisas no campo da neurologia apontam que os sintomas da EM podem incluir perda de visão, visão dupla, rigidez espástica, fraqueza, falta de equilíbrio, dormência, dor, problemas no controle vesical e intestinal, fadiga, mudanças emocionais e comprometimento cognitivo em diferentes níveis, incluindo a perda de memória. Esses sintomas somados a um momento de vida em que a família e a carreira estão em desenvolvimento, em que as escolhas são imperativas e especialmente em um contexto contemporâneo de exigências rápidas de expertise no mundo do trabalho, podem trazer aos pacientes, significações tão negativas quanto à própria doença.

Assumindo o território borrado entre sujeito pesquisador e sujeitos pesquisados essa investigação também é um elogio ao lugar interdisciplinar do campo do Patrimônio

Cultural e se propõe aberto a diálogos entre campos de conhecimentos. O caráter interdisciplinar da pesquisa e desse artigo, responde às complexas demandas de uma doença crônica, ainda em fase de investigação das suas manifestações e possibilidades prognósticas, e especialmente ao conhecimento das experiências reais de sujeitos que convivem com essa doença nos dias de hoje. A produção de conhecimentos interdisciplinares em andamento e as análises das (auto)biografias coletadas não cessam de transbordar problematizações. Ainda que a pesquisa dialogue com diversas áreas do conhecimento, nesse artigo o objeto problematizado é próprio do diálogo com as vozes ouvidas e o campo Patrimônio Cultural. Embora as Histórias de Vida dessa pesquisa sejam muito específicas, todas atravessadas pela experiência de conviver com uma doença neurológica rara, mas a problematização proposta é mais abrangente. As narrativas (auto)biográficas que materializam as Histórias de Vidas podem ser Patrimônios Culturais? Que critérios de elegibilidade tornam possíveis essa patrimonialização? Pensamos essa questão a partir do acervo em questão, porém desejamos que ela seja ampliada ao campo do Patrimônio Cultural.

Esse artigo é, então, parte das reflexões em andamento no Grupo de Pesquisa “Subjetividades e (auto)biografias”, em grande medida provocadas pela investigação “Memórias Múltiplas”, e que investe no argumento da centralidade e valorização das Histórias de Vidas de pessoas comuns como Patrimônio Cultural ao mesmo tempo em que problematiza suas implicações. Em um primeiro momento esse texto traz reflexões acerca do tempo entendendo que ao propor as discussões acerca do campo patrimonial tem perpassado essa categoria de análise, ou melhor dizendo, como pensar sobre o tempo tem provocado perguntas as Histórias de Vida coletadas. Nessa mesma seção as reflexões acerca do tempo disparam também aproximações ao conceito Memória. Em um segundo momento sustenta-se a afirmação de que Histórias de vida, entendidas como narrativas organizadoras de “identidades”, “projetos de ser”, “jogos de alteridades” são Patrimônios Culturais, ao mesmo tempo em que problematiza-se essa política no campo. No último subtítulo do artigo são apresentadas algumas reflexões e seus desdobramentos nas ações do Grupo de Pesquisa Subjetividade e (auto)biografias.

A concepção de Memória e Tempo

[...] la memoria garantiza la continuidad temporal de la persona
(RICOEUR, 1999, p. 16)

As experiências vividas em um presente direcionam as re-elaborações da memória sobre o passado – esse pensamento domina, em grande medida, os direcionamentos epistemológicos sobre a memória, interpretados pela ciência História e muito potente para pensar o Patrimônio Cultural. Conceitualmente o tempo, a memória e as subjetividades são evocados durante as análises das Histórias de Vidas de pessoas com a EM – uma doença incapacitante e ameaçadora da perda da faculdade humana de memorar. Ou seja, assume-se um local de releitura bastante marcado pelas emoções da perda, pelo desejo de resistência e pela experiência existencial com a identidade a partir da memória.

Por essa razão decidiu-se trabalhar além da memória também a percepção ou consciência temporal. Concordando com Paul Ricoeur (1999) quando ele aproxima e até mesmo funde a memória ao tempo. A epígrafe apresenta parte da afinidade conceitual acerca da memória e do tempo que se escolheu trabalhar nessa investigação. A pesquisa concorda com o autor quando ele separa memória e lembrança que se organizam em níveis de sentido como “archipélagos separados posiblemente mediante precipícios” (RICOEUR, 1999, p. 16) e as narrativas de memória, a partir de uma demanda de um tempo presente, “sigue siendo a capacidade de recorrer y de remontar el tiempo, sin que nada em principio pueda impedir que continúe sin solución de continuidad ese movimiento”. (RICOEUR, 1999, p. 16) E, dessa forma, as sensações de existência se ligam ao fio de uma vida que possui vínculos geracionais a um passado e horizontes de expectativas de futuros.

A afirmação de que tempo é memória produz um sentido surpreendente ao próprio tempo que se faz ver a partir dos gestos narrativos que organizam as lembranças em um fluxo entendível. A EM, por ser uma doença altamente incapacitante, sem uma marcação biológica, portanto imprevisível, sem cura e ainda de difícil interpretação médica, infere na organização temporal do paciente. O presente é marcado pelas demandas e experiências físicas com a doença, seu futuro ou melhor, suas expectativas de futuro são inseridas e obscurecidas pelo medo da inexistência causada pela perda da memória e, o que resta de mais seguro são as memórias do passado, da vida vivida sem a doença.

Nesse aspecto é possível afirmar que existe uma experiência temporal comum entre os pacientes? É Reinhart Koselleck (2014) que ajuda pensar a questão. Ao analisar as

memórias da guerra ele oferece ferramentas de análises possíveis para perscrutar as subjetividades produzidas nesse jogo de consciência/percepção temporal. Segundo ele “a biografia de qualquer ser humano contém rupturas que parecem abrir um novo período na vida” (KOSELLECK, 2014, p. 247) e as experiências bruscas forçam o sujeito a abandonar caminhos comuns e abrir novas possibilidades. Ele dizia sobre a guerra, mas analogicamente a pesquisa pensará a EM, uma doença rara, crônica, sem cura, degenerativa e incapacitante como outra experiência brusca. A ideia das “eclusas da memória” que o autor mobiliza amalgama a experiência temporal nas História de Vida narrada a partir da doença.

O diálogo com Koselleck (2014) amplia as possibilidades de percepção do tempo em uma História de Vida que em grande medida é marcada pela linearidade do começo da vida orientada pelo nascimento, origem da família, infância, juventude, vida adulta... até o presente. Mas a problematização dessa orientação linear, destacando a multiplicidade de tempos em um mesmo tempo, é potente no argumento de que as narrativas de memórias de vida se iniciam a partir da demanda trazida pela ameaça da perda da memória, ou seja, pelo presente. Dessa forma entende-se que o fio latente da origem da história da vida, desses sujeitos, coincide com o lugar de luto deixado pela doença e não pelo nascimento. Isso significa dizer que lembrar o passado, tornar o passado presente, só importa a partir de demandas existenciais do presente tendo em vista as expectativas de futuros transformadas também no presente.

Numerosos são os autores que mapeiam um pouco do que vem sendo estudado sobre a memória no campo da História e do Patrimônio Cultural, como BERGSON, 1999; HALBWACHS, 1990; BOSI, 2003; LE GOFF 2003; POLLAK, 1989; ANSART, 2001; SARLO, 2007; LOWENTHAL, 1998; BENJAMIN 1994 e não é necessário lembrar-se de todos para perceber que o que importa é como esses conceitos mobilizam o trabalho com a memória o tempo e as subjetividades. Ao pensar a memória como algo múltiplo, dinâmico, construído na tensão entre o individual e o social, entre lembrar e esquecer se concorda com Andreas Huyssen (2000), quando ele sugere trabalhar as diversas memórias produzidas sobre um mesmo acontecimento, lidar com a variedade de fontes, sem fragmentá-las, mas contrapondo-as para gerar reflexão efetiva, posicionamento do “eu” no mundo, do “eu” frente aos outros e suas diferentes práticas sociais.

[...] sem memória, sem a leitura dos restos do passado, não pode haver o reconhecimento das diferenças, (...) nem a tolerância das ricas complexidades e instabilidades de identidades pessoais e culturais, políticas e nacionais [...] (HUYSSSEN, 2000, p. 72)

O trabalho com essas Histórias de Vidas tem levado a reflexão acerca do Patrimônios Culturais a um nível de percepção acerca da sensibilidade temporal dos sujeitos no intuito de mobilizá-la em favor de revisitação das lembranças e construção de narrativas de memórias e da sua própria História. Joel Candau (2011) defendeu argumentos de que a aprendizagem sobre o mundo, sobre a cultura de um grupo se faz a partir de certa transmissão de memórias, que poderiam ser também entendidas como experiências do grupo. A aprendizagem de que a “adaptação do presente ao futuro organizada a partir de uma reiteração do passado” levaria a construção de uma identidade. O autor problematiza os argumentos essencialistas da memória e da identidade e radicaliza a favor de arranjos sociais da memória e da identidade. O que lembrar? o que esquecer? o que privilegiar ou descartar em um grupo social? Perguntas que fazem parte do jogo político, dos arranjos da memória.

É nesse arranjo que os sujeitos fundam uma narrativa de existência e se sentem pertencer uma cadeia de gerações sucessivas da qual o grupo ou o indivíduo se sente herdeiro. Usando as metáforas de um jogo, poderíamos dizer que existe uma sensação de certeza de um vínculo com um passado e uma perspectiva de futuro que o impulsiona no presente a jogar no jogo da memória e da identidade, ou seja, da própria existência no mundo. A História de Vida de pessoas acometidas pela EM pode ser entendida como um ousado alcance nesse tabuleiro da memória.

De que patrimônio estamos falando?

Os estudos sobre Histórias de Vida no Grupo de Pesquisa Subjetividades e (auto)biografias e com os seus colaboradores, o Laboratório de História Oral da UNIVILLE e o Museu da Pessoa possuem uma relação de herança com as produções advindas da História Social e História Cultural e do compromisso em ouvir e incluir as experiências cotidianas das pessoas na História. Trata-se de uma filiação a epistemologias históricas propostas especialmente no período pós-guerra e que colocam em rasura a História oficial, contada para salvaguardar os feitos de sucesso dos grandes personagens, da economia e da

política dos Estados Nação. Foram formas experimentadas no século XX pelo campo da História, de responder a uma espécie de colapso da ideia de verdade absoluta nas ciências humanas e sociais e expressas como uma tendência que se materializou no que ficou conhecido como Escola dos Anales, ou ainda as conhecidas Nova História, na França e a Nova Historiografia marxista, na Inglaterra.

Essas duas tradições, embora bastante diferenciadas, tanto na sua gênese quanto em seus desdobramentos de ações ao longo da historiografia do ocidente no século XX, comungam de um bem cuja herança foi, além da crítica ao positivismo, dar a História uma mudança paradigmática e de procedimentos de investigação, ou seja, a ampliação das fontes históricas conferindo também ao cotidiano onde a vida acontece um lugar diferente da alienação, ou ainda, de um ângulo em que a sua materialidade e suas finalidades, de fato, se destaquem na História: a partir dessa ruptura que se afirma que as Histórias das vidas das pessoas comuns são constituidoras e constitutivas da História.

Essa virada conceitual, epistemológica e política no campo da História é contemporânea de um mesmo contexto de mudanças no campo do Patrimônio Cultural. A história desse campo foi marcada por digressões no mesmo movimento de rupturas epistemológicas do século XX. As transformações sociais e políticas do século XX emprestaram ao campo do Patrimônio um contexto de mudanças de perspectivas e o reconhecimento de “novos e cada vez mais novos patrimônios” que estendem desde os já conhecidos objetos e arquiteturas salvaguardados por legislações e técnicas de preservação, até os mais diversos saberes e modos de vida de múltiplas comunidades, tribos ou grupos sociais. Embora o campo tenha se debruçado exaustivamente sobre a definição binária de patrimônio material e imaterial, assume aqui o termo Patrimônio Cultural entendendo que ambos os sentidos são contemplados, porém é importante nesse momento destacar as mudanças ocorridas no campo a partir da recente história da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2003. Regina Abreu registra essa história pontuando o processo de descolonização de países africanos que escancarou, no contexto da UNESCO, a ideia de que a maior parte dos patrimônios desses países eram visibilizados nos rituais, nas expressões artísticas, nas festas, nos saberes e na língua e todos esses patrimônios ficavam quase invisíveis diante das políticas de patrimônio que privilegiavam o colonizador branco, ocidental, católico. Essa ideia ampliada de patrimônio em um contexto planetário não é tão

recente. Abreu e Peixoto (2014) sinalizam também a Carta de Burra em 1979 e posteriormente a Conferencia de Nara em 1994. No contexto brasileiro, no entanto, damos conta dos registros de Mario de Andrade, na década de 1930, que já apontavam as tradições, o folclore e uma imaterialidade na cultura brasileira. Voltando ao contexto internacional, Abreu fala de como essa ideia ampliada de Patrimônio ganha uma dinâmica globalizada com uma força surpreendente:

As repercussões desta nova perspectiva patrimonial logo se faz sentir nos diversos Estados-membros da UNESCO, desde países da Europa e do Atlântico Norte até países do chamado “Bloco do Sul”, que incluem quase todos os países tropicais da América Latina e do Sudeste Asiático, além da China e de vários países africanos. (ABREU, 2014, p. 15)

A incessante evocação de patrimônios a partir do pós-guerra traz ao campo um universo absolutamente heterogêneo ao mesmo tempo em que desnuda uma luta por preservações de memórias, sentidos hegemônicos de identidades e legitimidade de possíveis passados que supostamente valem mais a pena ser lembrados em detrimento de tantos outros esquecidos. Posteriormente, os embates políticos que questionavam as políticas econômicas, sociais e culturais do colonizador disparou ações que reverberaram no campo. A Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial passa a ser então entendida como uma materialidade política dos anseios de uma militância que negava limitar as culturas não ocidentais, ou das culturas entendidas como populares nos contextos ocidentais, a lugares do exotismo. Nesse aspecto, o campo do patrimônio se revela uma batalha discursiva na contingência do presente, porém, um campo de luta por passados que devem ser mantidos, ensinados ou esquecidos em função de horizontes de expectativas que se projeta ao futuro. Ainda em Abreu encontramos uma observação binária que localiza o patrimônio material mais ocidental, estatal, urbano, monumental e também mais passivo de ser musealizado, representativo do Estado-Nação e com vínculos mais fecundos com o Velho Mundo e, por outro lado, o patrimônio imaterial mais oriental, comunitário, menos urbano, menos passivo a musealização e muito menos monumental. (ABREU, 2014, p.8)

O historiador Dominique Poulot ao historiar o campo do Patrimônio no ocidente sugere haver três imaginários sobre o patrimônio, como o “lugar da pessoa pública, em particular a figura do rei, lugar da história edificada, lugar da identidade cultural” (POULOT, 2009, p. 14). No Brasil, a virada desse imaginário se deu após a segunda

abertura política brasileira, 1985, e por consequência a Constituição Federal de 1988. O Artigo 216 dessa carta constitucional se refere ao patrimônio como bens corpóreos ou incorpóreos, vistos de forma individual ou coletiva, de natureza material ou imaterial. O patrimônio ganha sentidos mais amplos relacionados ao exercício da cidadania e a expressão da democracia. Vale observar que o Brasil aderiu a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial apenas em 2006, ou seja, quando da elaboração desse artigo constitucional já havia em alguma medida o entendimento sobre essa ideia de Patrimônio. Poulot anuncia que:

Na virada do século XX para o XXI, o patrimônio deve contribuir para revelar a identidade de cada um, graças ao espelho que ele oferece de si mesmo e ao contato que ele permite com o outro: o outro de um passado perdido e como se tornado selvagem; o outro, se for o caso, do alhures etnográfico. (POULOT, 2009, p. 14)

Nesse aspecto esse contexto não marcou apenas uma virada de século, mas uma “virada” nos sentidos que estavam em disputas no campo. E é dessa “virada” nos agenciamentos coletivos de enunciação relacionados ao Patrimônio que importa para esse artigo. As pesquisas nesse campo vêm sendo cada vez mais acionadas tanto pelas políticas de cultura que tem na UNESCO sua principal defensora de “ações em favor do patrimônio”, tornando-o “frequentemente, a vanguarda de uma democratização cultural” (POULOT, 2009, p. 201), quantos pelos Estudos Culturais que oferecem respaldos epistemológicos tanto em defesa de uma vocalização testemunhal das minorias e dos mais diversos grupos, quanto também, e principalmente, de problematizações sobre a frenética, e por vezes essencializadora, patrimonilização em um mercado de passados.

Nessa perspectiva, os estudos especialmente de Paul Thompson (2006) tem defendido a História de Vida como patrimônio da humanidade, ou seja, ao encontro das tendências das pesquisas no campo da História, a chamada História Oral, segundo ele:

é considerada atualmente parte essencial de nosso patrimônio cultural. Essa é uma situação muito nova e, olhando para o futuro, acho que há possibilidades imensas, por exemplo, para criar novas conexões entre as pessoas em mundos sociais e geográficos diferentes; através do oral, criando novas solidariedades e novos entendimentos (THOMPSON, 2006, p. 19)

Esses estudos vão ao encontro da obra de Aleida Assmann (2011) que constrói um argumento pelo qual demonstra que não existe essência da memória. Thompson fala da possibilidade de partilha, de conexões e de diferentes formas de compartilhar memórias orais em culturas diferentes e essa experiência pode evidenciar a afirmação de Assmann de que as formas de memória variam segundo a formação cultural em que são formuladas. Desta forma, essa pesquisa está em consonância a esse conceito ampliado de patrimônio cultural e o trabalho com as Histórias de Vida se consagra nas contingências internacionais no campo do Patrimônio, propostas pela UNESCO, quais sejam, a democratização cultural em defesa da garantia das vozes dos grupos e de seus diferenciais que até a primeira metade do século XX não eram incluídas no que chamamos bens culturais patrimoniáveis.

É nesse contexto que se defende as Histórias de Vidas como Patrimônios Culturais. Acervos organizados de Histórias de Vida de sujeitos ordinários que contam suas narrativas, organizam suas memórias, e registram formas de vida em um tempo cada vez mais globalizado em que acaba por propor estéticas de vida mais ou menos homogêneas e massificadas. Esse conceito de patrimônio vai superar a ideia de proteção, em que o Estado congela o bem patrimonializado, e propõe a lógica da salvaguarda. Ou seja, existe um investimento na preservação do vivido das práticas, no registro da própria vida em movimento, ao mesmo tempo em que assegura a sua potência de recriação e transmissão pelas ações do próprio grupo envolvido. Nesse sentido, existe também uma implicação não apenas do Estado, como no caso da proteção do patrimônio, mas também da participação comunitária.

Mas, de que conceito de Patrimônio Cultural estamos falando? Trata-se de um conceito interdisciplinar, porém impensável sem os conceitos Tempo e Memória, conforme já tratado anteriormente, e por isso revisitado pela História em considerável medida e nem um pouco ingênuo acerca dos arranjos políticos do que tem sido convencionalmente chamado de “memória coletiva”. É um conceito em movimento e aparece todas as vezes em que a condição social oferece demandas de passados, ou quando existe em pauta a ideia de desaparecimento, de ameaça de uma perda. Patrimônio está associado às ruínas de algo, à destruição e luto. Alguns historiadores trabalham no sentido de estabelecer um ponto de emergência desse conceito assim como o concebemos hoje. Françoise Choay (2001), por exemplo, mostra como a partir da Revolução Francesa os monumentos que representavam

o poder absolutista ficaram ameaçados e, portanto, a invenção de estratégias de preservação tornou-se uma política. Dessa forma, tanto o Patrimônio Material quanto o Imaterial possuem alguma relação com a ideia da perda e com a demanda de passados restauradores ou reconciliados que ganham contornos políticos para a sua proteção ou salvaguarda. Ou seja, o que está vivo, atuante enquanto organização de modos de vida não precisaria, a princípio, de ser preservado. Aqui se encontra a primeira problematização da afirmação de que as Histórias de Vida seriam Patrimônios Culturais. O que transforma a narrativa de uma vida comum, sem nenhum destaque extraordinário ou constitutivo de uma identidade de uma grupo, em Patrimônio Cultural?

As entrevistas coletadas na pesquisa “Memórias Múltiplas” trouxeram para essa reflexão uma demanda de passados dessas vidas, anterior ao diagnóstico da doença. Essas pessoas acometidas pela EM experimentam coletivamente uma sensação de tempo em que as urgências, a velocidade dos ritmos, a comunicação em rede são prerrogativas para uma grande medida de procedimentos na vida do trabalho, do mercado e dos afazeres cotidianos. No entanto, experimentam singularmente esse tempo a partir dos limites do corpo atravessados pela EM. Essa experiência, na maioria dos casos, remete a sensações incapacitantes, de percepções temporais lentas, de limitações ou adaptações nos fazeres diários. Essa singularidade na experiência com o tempo torna singular também as narrativas de memória. Ouvir e registrar as histórias de vida dos pacientes visibiliza a forma como pessoas comuns, homens e mulheres ordinárias significam a própria vida com uma “limitação” interna. Dessa forma o diálogo com os conceitos Tempo e Memória possui como desafio não apenas a doença em si, mas a forma como, no mundo contemporâneo, esses sujeitos significam a EM. Tem sido comum as narrativas destacarem um tempo anterior a doença, ao luto pela perda das habilidades, da rapidez e expertise. Nesse sentido, essas Histórias de Vidas apresentam sim um desejo de herança do que foi ameaçado ou perdido a partir da doença. Essas pessoas relatam ameaças da perda das habilidades e também da memória e o desejo de deixar a história de suas vidas para as gerações posteriores na família, mas especialmente como foram antes das muletas, das cadeiras de rodas, das lentidões cognitivas, das intenações. Querem registrar um tempo anterior quando se tinha forças, rapidez, agilidade, mais beleza ou expertise no trabalho.

A partir dessa observação a reflexão acerca da problematização no campo do Patrimônio Cultural se desenhou e se estendeu a outros recortes de acervos de Histórias de Vida. O que leva uma pessoa a contar sua História de Vida e disponibiliza-la, por exemplo, em um museu como o Museu da Pessoa? Uma rápida passagem pelo site do Museu da Pessoa é possível de observar registros de superação das mais diversas, como problemas de saúde, violência doméstica; de conquistas sociais, como a casa própria, a formatura em cursos superior; o registro de modos de vida que afirmam uma identidade ou militam a favor de uma inclusão social, como as prostitutas, os trans, os travestis, os índios, ciganos, quilombolas, moradores de comunidades entre outros. Em todos os casos, de diferentes formas ou intensidades existe um jogo de tempo e memória. Um desejo de herança, de lutar pela afirmação no presente e contra a finitude da vida. Ao se colocar como se quer ser visto no presente, costura lembranças a partir de um horizonte de expectativa sobre um mundo que se deseja no futuro, visibilizando passados que aparecem reconciliados na narrativa.

Se é possível então entender esse fenômeno (auto)biográfico em rede temos uma segunda problematização no campo do Patrimônio que é o “excesso” de patrimonialização que transborda no mundo contemporâneo. Andreas Huyssen (2000) trabalha esse tema denunciando um certo “mal-estar” na sociedade atual, diante da sensação de velocidade do tempo muito marcado por um presente/futuro. Mas diante dessa sensação se olha de forma nostálgica para o passado na ânsia de recuperar o que não se tem mais. Regina Abreu, ao problematizar o efeito do reconhecimento dos Patrimônios Culturais imateriais, afirma que temos motivos para desconfiar dessa corrida patrimonial em que o mercado nos oferece uma vasta possibilidade de consumos de passados e nada tem escapado da “voracidade das políticas patrimoniais ávidas em experimentar novos sistemas classificatórios e práticas de patrimonialização” (ABREU, 2014, p. 16). Essa desconfiança é necessária nesses tempos uma vez que impede a naturalização da memória e promove reflexões necessárias. No entanto, nas palavras de Abreu

Há que imiscuir-se e deixar-se contaminar por aquilo que faz girar e motiva efetivamente tantas pessoas, instituições e movimentos sociais [...] Patrimônios constituem, pois, também valores sagrados num circuito cultural cada vez mais globalizados, onde diferentes sentidos e significados se difundem e se miscigenam numa intensidade jamais vista (ABREU, 2014, p. 16).

Com relação as Histórias de Vida como Patrimônios Culturais há de se contaminar com o poder de construção de empatia em contextos de democracias globalizadas e desejos de inclusão. E nesse aspecto para finalizar essa problematização e defesa utilizo do questionamento levantado por Candau e Ferreira (2015) quando introduzem o conceito “*affordance*” do patrimônio. A partir de um diálogo com a Psicologia eles trabalham o mecanismo de relevância que o objeto patrimonial desencadeia na interação com o social. Nas palavras dos autores:

Nous proposons la notion d'*affordance* patrimoniale et défendons l'idée que, à supposer que tout soit patrimonialisable, la probabilité que les différents candidats qui constituent ce tout entrent dans ce processus dépend de l'intensité de leur *affordance* patrimoniale. En paraphrasant la célèbre boutade, quelque peu cynique, sur l'égalité – tous les êtres humains sont égaux mais certains le sont plus que d'autres! –, nous pourrions dire que tous les héritages du passé, que celui-ci soit proche ou lointain, sont égaux face au processus de patrimonialisation, mais certains le sont davantage que d'autres, notamment du fait de leur degré d'*affordance*.

Em tese, todas as coisas podem ser patrimoniáveis, no entanto, o que leva um objeto ou sujeito se tornar socialmente incontestável em políticas de patrimonialização? Eles sustentam que “certains héritages du passé ont une *affordance* patrimoniale – ils induisent des actions de patrimonialisation, leur qualification patrimoniale va de soi – alors que d'autres héritages n'en ont pas ou très peu” (CANDAU; FERREIRA, 2015, p. 25). E diante disso se pensa: qual é o nível de *affordance* das Histórias de Vidas? Esse poder de contaminação e magia a qual Abreu (2014) relata nos patrimônios imateriais é perceptível nos grupo que produzem as Histórias de Vida, em coautoria com os sujeitos biografados e as disseminam. Algo político se passa nesse consumo que é preciso se atentar. Talvez estejam aqui a intensidade de seu *affordance*. Em um mundo globalizado em que os consumos, a comunicação e as estéticas de vida são em grande medida massificadas, não é mais novidade que os mais diversos grupos procurem a proteção e o registro dos signos representativos de suas diferenças e identidades.

Nessa medida a “partilha do sensível” como expressa Rancière (2009), esse comum partilhado em um tempo e espaço, uns e outros tomam parte nessa partilha, passa a fazer parte de um jogo político de existência. Nessas tensões entre lutas por hegemonias e construção de identidades, as Histórias de Vida mobilizam a sensação de empatia pelo

reconhecimento das diferenças naquilo que difere, mas também, naquilo que a condição humana faz aproximar. E nesse sentido, essa condição apareça na vida mais ordinária, nos anseios, nas paixões, nas emoções, no cotidiano aparentemente banal, na finitude da vida. Lembrando de Canclini quando ele define o patrimônio como algo que “expressa a solidariedade que une aqueles que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identificam” (CANCLINI, 1997, p. 60), não resta dúvidas acerca do affordance das Histórias de Vidas capazes de conectar em redes um conjunto de emoções, práticas que identificam vidas humanas em um mesmo tempo e registram as formas de vidas comuns em um tempo.

Reflexões provisórias ou desdobramentos...

O foco da pesquisa “Memórias Múltiplas” tem sido as problematizações acerca da existência possível de uma narrativa de memória singular diante da constante ameaça da perda da faculdade humana da memória, a que Joel Candau (2011) chama de “protomemória”. Haveria uma memória, ou uma “metamemória”, novamente usando um termo utilizado por Candau (2011), singular em pacientes acometidos por uma doença degenerativa da memória? Essa pergunta, melhor elaborada a partir do diálogo com os conceitos Tempo e Memória, aponta caminhos de análises para as entrevistas da pesquisa e confirma a potencialidade epistemológica dos mecanismos (auto) biográficos e a defesa das Histórias de Vida como Patrimônios Culturais.

Essa afirmação transborda o universo da pesquisa e questiona: as Histórias de Vidas, organizadas em acervos capazes de disseminar experiências, práticas singulares de vida em um tempo, seriam Patrimônios Culturais? Se entendemos Patrimônios a partir de uma pauta da perda, da destruição, da ausência e luto, elaboramos um argumento que inviabiliza as vidas em fluxo e portanto sem necessidade de proteção. No entanto, entendendo a ideia de salvaguarda dos Patrimônios Culturais Imateriais, a vida pede passagem anunciando o tempo que não volta mais e, nesse aspecto, o tempo passado está sempre no presente a partir das expectativas de futuros. Na necessidade de afirmação de identidades no presente e desejos de conquistas de futuros melhores, se elabora uma tessitura de narrativas de memórias de vidas reconciliadas entre os tempos.

Nesse aspecto afirmamos que sim, as Histórias de Vidas de pessoas comuns podem ser patrimônios. Mas, ao afirmar novamente e com mais clareza criamos um novo problema. Se em pleno contextos de inflação patrimonial, todas as vidas podem se transformar em narrativas salvaguardadas estamos diante de uma saturação de patrimônios. A reflexão é urgente e fundamental. Porém, há de se contaminar pela energia, magia que envolve a produção de Histórias de Vidas, desde o momento dos primeiros contatos, a atenção, a escuta, o acolhimento, os efeitos emocionais e políticos em que doa a história e em quem recebe. A sensação de rede que se forma, a empatia que se cria, a humanidade que se experimenta não pode ser negado. É uma aposta política de outro mundo possível um sonho político a que nos fala Paul Thompson “Nunca se deve subestimar o poder do compartilhamento da experiência humana” (THOMPSON, 2006. p. 41). E ainda, diante dessa argumento, há de se questionar também o aspecto affordance das Histórias de Vidas, como sugeriram Candau e Ferreira (2014). É um momento de “partilha do sensível”, esse comum da existência humana que é partilhado e a parte de cada um que se se partilha.

Diante dessas reflexões o Grupo de Pesquisa Subjetividades e (auto)biografias têm apostado na continuidade dessas problematizações, em especial através de duas Pesquisas de Dissertação. A primeira no Mestrado em Educação intitulada “Juventudes e formação inicial para o trabalho: práticas educativas a partir da Esclerose Múltipla” busca nas Histórias de Vidas de sujeitos jovens em fase de formação inicial para o trabalho e já diagnosticados com a Esclerose Múltipla. Essas Histórias nos contam de práticas educativas a partir da doença, novas organizações de futuros e carreiras reinventadas, adaptações de vida e de formas de viver um currículos, novas prioridades e emoções. A segunda pesquisa, desenvolvida no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade intitulada “Histórias de Vida e Patrimônios Culturais: desafios do Museu da Pessoa e do Laboratório de História Oral da Univille” busca entender os desafios epistemológicos e políticos disparados a partir do desejo de salvaguardar registros de vidas no tempo.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina. Dez anos da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial: ressonâncias, apropriações, vigilâncias. **E-Cadernos CES**, v. 21, 2014.

_____; PEIXOTO, Paulo. Construindo Políticas Patrimoniais. Reflexões em torno dos 10 anos da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial. **E-Cadernos CES**, v. 21, 2014.

ANSART, Pierre. História e Memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória (res)rentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001.

ASSMANN, Aleide. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: _____, **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, Henri. 1999. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____, FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Memória e Patrimônio: narrativas e affordances patrimoniais. **Educar em Revista**, n. 58, out/dez, 2015.

BOSI, Éclea. **O tempo vivo da Memória**. Ensaio de psicologia Social. 2. ed. São Paulo: Editorial, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. El patrimonio cultural de México y la construcción imaginaria de lo nacional. In: FLORESCANO, Enrique (coord.). **El patrimonio nacional de México**. México: FCE, Conaculta, 1997.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HUYSEN, Andréas. **Seduzidos pela Memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contratempo, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Revista Projeto História**, SP, n. 17, 1998

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

POULOT, Dominique. **Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O Discurso das Ciências**. Porto: Afrontamentos, 1985.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. Estética e política. São Paulo: 34, 2009.

RICOEUR Paul. **La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido**. Arrecife, Espanha: Universidad Autónoma de Madrid, 1999.

SARLO, Beatriz. Crítica do testemunho: sujeito e experiência. In: _____, **Tempo Passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Cia das Letras, 2007.

THOMPSON, Paul. Histórias de vida como patrimônio da humanidade. In: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasques. (Coord.). **História Falada: memória, rede e mudança social**. São Paulo: SESC; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial de SP, 2006.